

Relatório da administração

O Representante Legal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

São Paulo, 22 de agosto de 2013.
Hélio Lima Magalhães - Representante Legal.

Balancos patrimoniais**Em 30 de junho de 2013 e 2012**

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
ATIVO		
Circulante	3.535.387	2.569.350
Disponibilidades (nota 4)	83	8.603
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	1.690.524	1.125.284
Aplicações em operações compromissadas	266.447	164.475
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.414.933	960.809
Aplicações em moedas estrangeiras	9.144	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	346.475	279.034
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	90.641	40.157
Vinculados à prestação de garantias (nota 6)	255.834	238.877
Relações interfinanceiras	1.398.398	1.031.584
Pagamentos e recebimentos a liquidar	-	1
Créditos vinculados	45	38
Correspondentes no país (nota 25)	1.398.353	1.031.545
Operações de crédito (nota 8)	77.103	97.655
Setor privado	77.422	97.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(319)	(253)
Outros créditos	21.133	25.404
Relações a receber	5.539	8.227
Créditos tributários (nota 9)	7.337	10.459
Diversos (nota 10)	8.057	6.678
Outros valores e bens	1.671	1.786
Despesas antecipadas	1.671	1.786
Não circulante	305.730	327.597
Realizável a longo prazo	274.891	296.451
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.462	12.115
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	265.429	284.336
Outros créditos	265.429	284.336
Créditos tributários (nota 9)	27.175	37.871
Diversos (nota 10)	238.254	246.465
Permanente	30.839	31.146
Investimentos (nota 11)	1.562	1.563
Outros investimentos	1.562	1.563
Imobilizado de uso (nota 12)	28.618	28.643
Móveis de uso	66.197	66.197
Outras imobilizações de uso	14.857	14.857
Depreciações acumuladas	(52.436)	(52.411)
Diferido (nota 13)	659	940
Gastos de organização e expansão	56.810	56.814
Amortizações acumuladas	(56.151)	(55.874)
Total do ativo	3.841.117	2.896.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
PASSIVO		
Circulante	2.278.689	1.430.183
Relações interfinanceiras	-	1
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1
Relações interdependências	53	31
Recursos em trânsito de terceiros	53	31
Obrigações por empréstimos	17	-
Empréstimos no exterior	17	-
Obrigações por repasses no exterior	518.016	109.118
Repasses no exterior (nota 14)	518.016	109.118
Instrumentos financeiros derivativos	49.544	15.934
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	49.544	15.934
Outras obrigações	1.711.059	1.305.099
Cobrança irrecorrência de tributos e assemelhados	64	98
Sociais e estatutárias	19	97
Fiscais e previdenciárias (notas 15 e 17)	59.299	55.536
Diversas (nota 16)	1.651.677	1.249.368
Não circulante	130.815	195.497
Obrigações por repasses no exterior	120.248	181.984
Repasses no exterior (nota 14)	120.248	181.984
Instrumentos financeiros derivativos	9.462	12.502
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	9.462	12.502
Outras obrigações	336	316
Fiscais e previdenciárias (notas 15 e 17)	336	316
Resultado de exercícios futuros	769	695
Patrimônio líquido (nota 18)	1.431.613	1.271.267
Capital social - domiciliados no exterior	1.057.700	957.700
Reserva de capital	249	249
Reserva de lucros	350.955	294.235
Ajustes de avaliação patrimonial	(14.154)	(7.295)
Lucros acumulados	36.863	26.288
Total do passivo	3.841.117	2.896.947

	2013	2012
Reserva legal	57.335	57.335
Reserva de lucros estatutária	235.606	235.606
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(7.295)
Lucros acumulados	-	(7.295)
Total	1.250.890	1.243.595
Reserva legal	57.335	57.335
Reserva de lucros estatutária	235.606	235.606
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(7.295)
Lucros acumulados	-	(7.295)
Total	1.250.890	1.243.595

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012**

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	957.700	249	57.335	-	-	1.250.890
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1) (nota 2b)	-	-	-	(7.295)	-	(7.295)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2011	957.700	249	57.335	(7.295)	-	1.243.595
Lucro do semestre	-	-	-	27.672	-	27.672
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.384	-	(1.384)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	957.700	249	58.719	(7.295)	26.288	1.271.267
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.057.700	249	60.139	(14.154)	38.804	1.406.963
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1) (nota 2b)	-	-	-	(14.154)	-	(14.154)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2012	1.057.700	249	60.139	(14.154)	38.804	1.392.809
Lucro do semestre	-	-	-	-	38.804	38.804
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.941	-	(1.941)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	1.057.700	249	62.080	(14.154)	36.863	1.431.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012**

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo a prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

2 | Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Não elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

b) Autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 22 de agosto de 2013.

c) Representação das demonstrações financeiras do exercício de 2012

A partir de 01 de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários.

As principais alterações no balanço do Citi N.A. são: i) exclusão da possibilidade de utilização do método do corretor; ii) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial); iii) mensurações de ativos e passivos atuais são reconhecidos contra ajustes de avaliação patrimonial e não devem ser reclassificados para o resultado no período subsequente; iii) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e iv) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 01.01.2013, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

	Publicado em junho 2012	Ajustes (nota 24)	Valor Reapresentado
Descrição Balanço Patrimonial			
Outras Obrigações - Diversas	(1.242.073)	(7.295)	(1.249.368)
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 30/06/2012	-	7.295	7.295
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 31/12/2012	-	14.154	14.154

O balanço utiliza o método de custos. São avaliados pelos custos de aquisição e os efeitos reconhecidos no final do exercício, por esse motivo não há impacto no resultado do semestre.

3 | Descrição das principais práticas contábeis**a. Apuração de resultados**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, as aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício; e
- Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa é apurado, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para o caso de não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionado no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

i. Hedge de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

ii. Hedge de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados da parcela efetiva do hedge, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, são reclassificados para a rubrica "Outras despesas operacionais".

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é e será baseada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômica do devedor, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias enviadas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no rating *h*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

h. Permanente

Investimentos - Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

iii. Diferido - Conforme Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, os valores capitalizados até 30 de setembro de 2008, devem permanecer neste subgrupo até sua completa amortização e novos valores não podem mais ser adicionados.

O ativo diferido é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20%; e

- Benefetórias em imóveis de terceiros, instalação e adaptação de dependências, que são registrados pelo custo de aquisição ou formação, a amortização é efetuada, respectivamente, com base no prazo de contrato de locação do imóvel e pelo método linear utilizando-se a taxa de 20%.

Além da amortização e da depreciação, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de impairment conforme descrito na nota 3i.

i. Redução do valor recuperável de ativo (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitindo em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em

relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j. Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil, os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

- No julgamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido médio, calculado de acordo com a média histórica de pagamento dos processos encerrados nessa fase processual, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas. Quando da sentença em primeira instância, em sendo avaliada a perda como provável, será provisionado o "valor do risco de perda" estimado pela Administração. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobretudo acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

- As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado, estão demonstrados a seguir:

Contratos	2013	2012
Swaps	63.305	16.421
NDF	(5.655)	(7.306)
Total	57.650	9.115

Os valores referenciados dos contratos de derivativos registrados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, montam o total de R\$ 2.382.830 (2012 - R\$ 1.156.287).

8. Carteira de crédito

a. Composição da carteira de crédito por produto

	2013	2012
Empréstimos e títulos descontados	4.321	7.322
Financiamentos	73.101	90.586
Total de operações de crédito	77.422	97.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(319)	(253)
Total líquido de operações de crédito	77.103	97.655

b. Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	Indústria	Outros serviços	Pessoas físicas	Total	Provisão
AA	58.374	-	-	58.374	-
A	7.773	2.278	28	10.079	(50)
C	8.969	-	-	8.969	(269)
Total	75.116	2.278	28	77.422	(319)

Nível de risco	Indústria	Outros serviços	Pessoas físicas	Total	Provisão
AA	-	48.461	-	48.461	-
A	5.344	42.822	39	48.205	(241)
B	-	1.242	-	1.242	(12)
Total	5.344	92.525	39	97.908	(253)

c. Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Curso normal	Saldo da carteira		Vencidos + 14 dias	Porcentual de provisão	Curso normal	Vencidos + 14 dias	Total
		Total	%					
AA	58.374	58.374	75,40	-	-	-	-	-
A	10.079	10.079	13,02	0,50%	(50)	-	(50)	-
C	4.125	4.844	8,969	11,58	3,00%	(124)	(145)	(269)
Total	72.578	4.844	77.422	100,00		(174)	(145)	(319)

Nível de risco	Curso normal	Saldo da carteira		Vencidos + 14 dias	Porcentual de provisão	Curso normal	Vencidos + 14 dias	Total
		Total	%					
AA	48.461	48.461	49,50	-	-	-	-	-
A	48.205	48.205	49,23	0,50%	(241)	-	(241)	-
B	1.242	1.242	1,27	1,00%	(12)	-	(12)	-
Total	97.908	97.908	100,00		(253)		(253)	

d. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2013	2012
Vencidos há mais de 14 dias	4.844	7.322
A vencer até 90 dias	58.556	76.801
De 91 a 360 dias	14.022	21.107
Total	77.422	97.908

e. Composição da carteira de crédito por concentração

	2013	%	2012	%
10 maiores devedores	42.166	54,46	35.860	36,63
20 seguintes maiores devedores	25.411	32,82	31.667	31,67
50 seguintes maiores devedores	9.845	12,72	25.412	25,95
100 seguintes maiores devedores	-	-	5.629	5,75
Total	77.422	100,00	97.908	100,00

f. Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Saldo inicial	(484)	(438)
Reversões/(constituição) no semestre/exercícios	165	18
Saldo final	(319)	(253)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	523	30
Não houve renovações e créditos baixados para prejuízo nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012.	-	-
Total	12.309	23.311

g. Composição do resultado de operações de crédito

	2013	2012
Empréstimos	409	793
Financiamentos	11.377	22.488
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	523	30
Total	12.309	23.311

9. Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descritas na nota 31, a Administração da Entidade, constituiu parcialmente em 30 de junho de 2013, créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em 30 de junho de 2013. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade da Entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários. Os créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias totalizaram R\$ 307.539 em 30 de junho de 2013 (2012 - R\$ 300.588).

a. Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	2013	2012
Prejuízo fiscal	27.142	(5.456)
Total	27.142	21.686

	2013	2012
Prejuízo fiscal	36.472	(6.250)
Total	36.472	(6.250)

b. Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	2013	2012
Base negativa de contribuição social	16.300	(3.274)
Total	16.300	(3.274)

	2013	2012
Base negativa de contribuição social	21.833	(3.685)
Total	21.833	(3.685)

c. Realização de crédito tributário de imposto de renda

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Prejuízo fiscal	4.709	5.769	5.460	5.437	311
Total	4.709	5.769	5.460	5.437	311

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Prejuízo fiscal	6.562	8.040	7.609	7.577	434
Total	6.562	8.040	7.609	7.577	434

d. Realização de crédito tributário de contribuição social

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Base negativa de contribuição social	3.937	4.824	4.565	4.546	276
Total	3.937	4.824	4.565	4.546	276

O valor presente dos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, montou R\$ 2.712 (2012 - R\$ 39.807), descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

10. Outros créditos - Diversos

	2013	2012
Devedores por depósitos em garantia	-	238.254
Impostos e contribuições a compensar	6.703	-
Adiantamentos e antecipações	137	-
Pagamentos a ressarcir	1.159	-
Diversos	58	89
Total	8.057	238.254

Os investimentos são compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 1.287 (2012 - R\$ 1.287) avaliado pelo custo de aquisição.

12. Imobilizado de uso

	2013	2012
Terrenos	28.618	28.617
Edificações	37.579	(37.579)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.469	(1.469)
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)
Sistemas de comunicação - equipamentos	2.386	(2.386)
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)
Total	81.054	(52.436)

13. Diferido

	2013	2012
Instalação e adaptação de dependências	52.398	(51.739)
Benefícios em imóveis de terceiros	30	(30)
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	4.382	(4.382)
Total	56.810	(56.151)

14. Obrigações por repasses do exterior

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 0,27% a 0,52% ao ano (2012 - de 0,46% a 4,65% ao ano).

	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Vinculados a repasses a mutuários	2.239	25.712	42.409	70.360
Vinculados a títulos federais	41.459	448.606	77.839	567.904
Total	43.698	474.318	120.248	638.264

	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior	31.225	63.416	94.641
Vinculados a repasses a mutuários	77.893	118.568	196.461
Total	109.118	181.984	291.102

15. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	25.691	23.231
Impostos e contribuições a recolher	1.073	966
Provisão para riscos fiscais (nota 17)	32.535	31.339
Total	59.299	55.536

16. Outras obrigações - Diversas

	2013	2012
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	196.039	185.960
Credores diversos - banco mandatário (1)	1.398.322	1.031.545
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	57.272	31.817
Diversas	44	46
Total	1.651.677	1.249.368

(1) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para Administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

17. Passivos contingentes e obrigações legais

a. Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais (1)	32.535	31.339
Provisão para contingências trabalhistas (2)	3.918	8.849
Provisão para outros passivos contingentes - cíveis (2)	192.121	177.111
Total	228.574	316

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituída provisão para riscos fiscais e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

- Fiscal - INSS Adicional de 2,5% R\$ 24.105 (2012 - R\$ 23.186) - Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. No semestre findo em 30 de junho de 2012 houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei 11.941/2009) e utilização da provisão no valor de R\$ 4.932. Aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.
- Cível - Ação indenizatória R\$ 151.264 (2012 - R\$ 141.855) - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável à Entidade.

(2) A Entidade adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

b. Movimentação das contingências

	2013	2012
Saldo em 31/12/2012	32.278	4
Fiscais	5.067	834
Trabalhistas	184.739	15.659
Cíveis	222.084	16.497
Total	228.574	(1.071)

	2013	2012
Fiscais	37.445	(1.760)
Trabalhistas	7.156	4.186
Cíveis	168.803	39
Total	213.404	4.225

Contingências classificadas com riscos de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos cíveis no montante R\$ 279.680 (2012 - R\$ 239.800), e processos fiscais no montante de R\$ 57.593 (2012 - R\$ 54.699), compostos, basicamente, pelos seguintes casos:

- Planos econômicos - R\$ 208.502 (2012 - R\$ 239.800) - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em 3ª instância pela autora.
- PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 56.061 (2012 - R\$ 53.440) - Trata-se de processo em que discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de primeira instância administrativa.

18. Patrimônio líquido

O capital social representa o investimento da matriz, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Através da Deliberação realizada em 19 de dezembro de 2012, foi efetuado o aumento do capital social na Entidade de R\$ 100.000, passando de R\$ 957.700 para R\$ 1.057.700.

A alteração do capital social foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2012.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.941 (2012 - R\$ 1.384).

c. Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 10% do seu capital social.

19. Receitas de prestação de serviços

	2013	2012
Receitas de serviços de custódia	20.156	15.094
Receitas de comissão de intermediação de negócios	12.200	11.324
Receitas na prestação de serviços a ligadas	1.553	1.441
Receitas de garantias prestadas	115	302
Outras	2	1
Total	34.026	28.162